

## EDITORIAL

**T**udo leva a crer que a avaliação continue a ter uma importância cada vez maior para os governos, para a sociedade, para o mercado, para as instituições e os indivíduos implicados. Em grande parte, sua importância resulta de uma exigência mundial de eficiência. A relação entre educação e economia se torna cada vez mais forte e é nesta conjuntura e sob esta ótica que se impõem as avaliações. Não estranha, pois, que os governos e as agências multilaterais a todo preço queiram manter os processos avaliativos sob seu controle, pouco ou nenhum espaço deixando aos especialistas, pesquisadores e aos indivíduos concernidos. Aqueles especialistas e pesquisadores que eventualmente são recrutados pelos governos e agências para as práticas de avaliação em geral acabam tendo muito baixa autonomia, restando-lhes quase somente a possibilidade de um trabalho técnico num cenário já desenhado pelas autoridades e expertos dos governos. Os objetivos mais importantes já estão definidos pelos titulares da avaliação e muitas vezes correspondem a mecanismos importados de outros países ou de outras áreas. Exemplo dessa importação são os indicadores de custos e de eficiência ou os famosos *rankings* elaborados por especialistas da qualidade, que aplicam à educação critérios e indicadores próprios da economia e da engenharia. Em tal conjuntura, o mais freqüente é averiguar *a posteriori* os graus de correspondência entre os objetivos estabelecidos externamente, sem quase nenhuma discussão com a sociedade, os pesquisadores. É comum a apresentação pura e simples dos resultados alcançados, independentemente dos processos, realidades e contextos específicos.

Nos últimos oito anos, a avaliação exerceu papel central nas reformas da educação superior no Brasil, a exemplo do que também ocorre em diversos outros países, como, aliás, podemos ler nos dois textos aqui publicamos, que tratam da realidade Argentina. A educação vem sendo considerada fator de alta importância da competitividade econômica. Além disso, é muito cara, especialmente num país de grandes dimensões geográficas e de enormes carências econômicas, sociais, culturais e de infra-estrutura. O governo brasileiro adotou vários procedimentos estanques de avaliação. O sistema e os subsistemas educativos foram recortados por avaliações fragmentadas que atendem a objetivos específicos, mas são incapazes de fornecer uma visão de globalidade. A preocupação mais constante tem sido a de medir as aquisições dos estudantes em cada um dos diferentes níveis (SAEB, ENEM, ENC), como indicador central da qualidade.

Esta edição de *Avaliação* apresenta alguns estudos a respeito do ENC (ou Provão), que tem sido o principal procedimento de avaliação da educação superior adotado pelo governo FHC. O Provão tem tido grande espaço na mídia e ampla visibilidade social. Amado por uns, temido e criticado por outros, ele continua a firmar um modelo de qualidade para as instituições superiores, moldar

currículos e definir perfis de formação. Nos últimos anos, de modo mais intenso na última década, a preparação para a vida profissional vem sendo o valor mais incisivamente imposto à educação superior. Isto explica em boa parte a enorme importância atribuída ao Provão.

No texto elaborado por **Maria Isabel Cunha, Cleoni M. Fernandes e Mai Margarete** tem espaço a discussão da relação tensa entre emancipação e regulação como forças explicitadoras dos projetos políticos e sociais. As autoras apresentam resultados da pesquisa que vêm desenvolvendo sobre os impactos dos processos de avaliação externa, desencadeados pelo MEC, na construção da docência universitária. Ao focalizarem os resultados e efeitos, assumem uma perspectiva política a respeito da avaliação. Tomando como base três universidades do sul brasileiro, as autoras desenvolvem uma pesquisa qualitativa que as leva a adiantar que os formatos avaliativos externos, neste caso mais especificamente o Provão, influenciam fortemente a concepção de docência e participam da configuração de uma nova cultura na área de formação do magistério. As avaliações externas interferem sobre os saberes e as práticas dos professores, deixando pouco espaço para a reflexão que sustenta a autonomia e o exercício da subjetividade.

**José Carlos Rothen** defende a idéia de que os conceitos divulgados pelo MEC, ao invés de apresentarem a qualidade dos cursos de graduação, a escondem ou mesmo a deturpam. Segundo ele, comparando-se as notas de corte com a nota do curso de melhor desempenho de cada área, observa-se que há discrepâncias significativas entre as áreas.

**Domício Maciel** aponta as limitações e contradições do Provão, tendo como base a própria lei e a repercussão dos exames na mídia. Critica a opção do governo de abandonar o PAIUB e lança uma questão importante: "com toda a teoria construída pelos estudiosos da avaliação educacional, a comunidade universitária, particularmente os professores, se curvarão às imposições do Estado avaliador, deixando que ele interfira na naturalidade do ato de educar?"

**Jacqueline De Blasi** retoma pesquisa realizada em 1997 e 1998 e que tinha por objetivo subsidiar uma proposta de auto-avaliação de um Departamento do CEFET-MG. Neste trabalho apresenta os resultados referentes aos estudantes e os analisa à luz dos dispositivos legais sobre avaliação institucional, da literatura da área e de três modelos de avaliação.

A quem mais interessa a relação universidade-empresa? De onde provém a maior quantidade de demanda? O que explica o aumento de contratos nos últimos anos? **Erasmus Gomes e Renato Dagnino** apresentam um estudo que exemplifica bem o funcionamento dessa relação, que, aliás, é um claro exemplo da hegemonia do econômico nas políticas públicas. Mais do que isso, desmontam um discurso muito comum na literatura sobre a relação universidade-empresa. Segundo os autores, o aumento dos contratos com a empresa privada não decorre, em primeiro lugar, de uma atitude pró-ativa da empresa privada. Estudando o caso da Unicamp, mostram que, em função da diminuição dos recursos provenientes do governo, são os professores universitários que vêm intensificando a busca de con-

tratos com a empresa privada. Esta conclusão põe em questão o discurso neo-liberal amplamente disseminado, segundo a qual a empresa, em razão do ajuste estrutural e da concorrência internacional, estaria buscando na universidade o conhecimento necessário para aumentar sua competitividade.

**Norberto Fernández Lamarra, Myriam Feldfeber e Pablo Imen** contribuem com um dos propósitos desta revista: trazer estudos comparativos sobre a educação superior, particularmente no âmbito da América Latina. São 43 os textos já publicados nos 27 números de *Avaliação* sobre educação superior e avaliação universitária em diversos países da América e da Europa. Nesta edição, **Lamarra** trata dos processos de avaliação da qualidade e de "acreditación" que estão sendo praticados na universidade argentina. De um modo mais detalhado, trata da Lei que regula a educação superior e da CONEAU - Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitária. Na parte final do texto, descreve as idéias principais quanto a concepções e estratégias de avaliação e "acreditación" assumidas e discute limites e desafios.

**Myriam Feldfeber e Pablo Imen** analisam as propostas de privatização em matéria de políticas universitárias formuladas pelo Banco Mundial e pelas fundações argentinas. Segundo os autores, as políticas de privatização relativas à educação superior correspondem a uma inspiração neo-liberal de construção de um novo sentido como resposta à crise que a universidade atravessa. Esses estudos nos ajudam a compreender melhor as políticas de reforma da educação superior desenvolvidas entre nós e, de modo especial, o papel que nesse contexto cumprem as agências multilaterais.

**Lúcia Maria de Assis Vieira** faz uma revisão da literatura sobre avaliação da aprendizagem; levanta tendências, enfoques e conceitos predominantes na década de noventa que tenham de alguma forma influenciado as práticas avaliativas adotadas em salas de aula. Propõe que, para além do mero conhecimento das teorias, os professores promovam debates e trocas de experiências que os levem a mudar suas atitudes frente à problemática da formação continuada.

Que a avaliação seja verdadeiramente educativa, isto é, assuma, neste governo que se inicia, funções principalmente de formação, não de regulação!

*José Dias Sobrinho*  
editor

"NOTA DO EDITOR: No número anterior (vol. 7, nº 4, dez.2002) Aguinaldo Gonçalves constou como único autor do artigo "Estudo de perfil de aspectos de dissertações e teses em Saúde Coletiva e Atividade de Educação Física da UNICAMP enquanto elementos de avaliação em pesquisa" (p. 177 a 192). Deve constar como co-autora: ANA CAROLINA BASSO. Os autores pedem que se registre o apoio do FAEP (Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa) da Unicamp para a realização dessa pesquisa.